

Bresser acha que acordo da dívida foi uma grande vitória dos credores

SÃO PAULO — O ex-ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira, considera recessivo o acordo fechado pelos negociadores brasileiros com os bancos credores internacionais. O país não tem, segundo ele, capacidade para gerar superávits comerciais da ordem de 11 bilhões e 600 milhões de dólares ao ano para fazer frente ao pagamento dos juros e dos dividendos sem sacrificar seu crescimento. O acordo "foi uma grande vitória dos banqueiros internacionais", disse.

O tamanho do superávit do país condiciona o crescimento interno. Para obter um crescimento da ordem de 5% a 6% ao ano, no produto interno bruto (PIB), o ideal seria buscar um superávit de 8 bilhões e 500 milhões de dólares anual, explicou Bresser. Dessa forma seria possível manter sem grandes cortes os programas de importação de equipamentos (necessários para a modernização do parque industrial) e relativamente aquecido o mercado interno, afastando o perigo de recessão.

O refinanciamento obtido pelo Brasil, através do acordo, foi de 5 bilhões e 800 milhões de dólares para dois anos — 1988 e 1989 — o que representa 2 bilhões e 900 milhões ao ano. Para Bresser é muito pouco. A esse montante deveria ser acrescido 1 bilhão e 600 milhões, o que somaria 4 bilhões e 500 milhões, reduzindo assim o superávit a 10 bilhões.

A negociação foi conduzida, segundo ele, por "um governo fraco, incapaz de administrar o país", o que explica o mau resultado. Mesmo sabendo que era um mau acordo, o governo Sarney resolveu assiná-lo para, solucionado o problema da dívida, buscar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Com esse acordo, analisa Bresser, "o governo espera uma ajuda para monitorar o país".

Ele exemplifica: a redução do déficit público é fundamental para tentar estabilizar a economia, mas as medidas necessárias para produzir essa redução não são endossadas por Sarney. No caso específico do congelamento da unidade de referência de preços (URP) para o funcionalismo público, que os ministros da Fazenda e do Planejamento, Maílson da Nóbrega e José Carlos Abreu, defendem ("eu também faria isso", disse Bresser), e o restante do Governo condena, apenas um acordo com o FMI ajudaria a implementá-la.

O excessivo superávit comercial, que para ser alcançado obriga a uma redução nas importações de bens de produção e a um desaquecimento das vendas do mercado interno, acabará se refletindo em obsolescência crescente do parque industrial. A transferência anual de 11 bilhões e 600 milhões de dólares para o exterior, a título de juros e dividendos, reduz a capacidade de investimentos na economia brasileira.

Curiosamente, o artífice desse acordo é o homem que ele próprio escolheu para dirigir o Banco Central durante sua gestão, seu amigo pessoal, Fernando Milliet. Perguntado se não via nisso uma contradição, ele mostrou-se irritado: "Não quero nem falar sobre isso, sem comentários, sem comentários..."